

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE 2007 A 2017

Cícera Áurea Fontes Vilela¹; Marianne Louise Marinho Mendes⁴

1 – Enfermeira, pela Universidade Regional do Cariri. Mestranda em Educação pelo Programa de pós-graduação stricto sensu - Formação de professores e práticas interdisciplinares pela UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. E-mail: aureavilela@hotmail.com

2 – Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Colegiado de Nutrição da Universidade de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPPI) da UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. E-mail: marianne.marinho@upe.br

O presente trabalho teve como objetivo analisar a produção científica em relação ao Programa Saúde na Escola (PSE) no período de 2007 a 2017, por meio de uma análise bibliométrica, nas bases de dados do portal Periódicos Capes/MEC, Scielo, e Google Acadêmico no período de junho a agosto de 2017. Foram relacionados 12 artigos, em que mencionasse o termo PSE no título, onde observou-se, a pouca publicação de artigos nessa temática. O número de autores por artigo variou de um a seis autores. Essas publicações variaram de 1 a 2 artigos por ano. As mesmas foram encontradas em instituições de ensino público das regiões: Sudeste, Nordeste, Norte e Sul. Os artigos foram publicados em periódicos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências sociais e na área da Educação. Em relação à técnica de coleta de dados foram predominantes, a análise documental, e a de entrevistas. Esses estudos foram realizados com documentos oficiais e na comunidade escolar, com profissionais de saúde e educação. Os artigos se referiam a diversas temáticas sobre PSE, porém observou-se o destaque dado à intersetorialidade nos estudos realizados, acreditamos que devido ao programa ter sido criado nessa perspectiva, da articulação entre os setores saúde e educação. Embora ainda seja um ponto bastante fragilizado quanto ao entendimento do significado de intersetorialidade, que vai além de uma parceria, sendo fundamental para atingir o objetivo principal, que é o cuidado integral ao educando. Diante do panorama encontrado no país sobre o tema, percebemos a necessidade de pesquisar mais sobre o programa, um terreno muito fértil para uma variedade de estudos.

Palavra-chave: Programa saúde na Escola, educação, saúde, intersetorialidade.

INTRODUÇÃO

Historicamente, quando se fala em saúde escolar remete-se à Promoção Saúde, sendo esta a ser desenvolvida com os escolares, para promover a manutenção da saúde, através de ações que incentivem a hábitos de vida saudáveis.

Segundo a Carta de Ottawa, 1986, resultado da primeira conferência internacional sobre promoção à saúde, a política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. Ou seja traduz a ampliação do conceito de saúde, que saúde não é apenas ausência de doença, vai muito além, trazendo outros fatores que contribuem para a manutenção da saúde.

O espaço escolar trata-se de um ambiente favorável para a Promoção à Saúde, pois é um espaço de intensas relações sociais e de convivência diária, entre escolares, professores, e funcionários. É também um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, para a construção de valores, crenças e conceitos.

Muitas foram as iniciativas e abordagens que pretendiam focalizar o espaço escolar e, em especial, os estudantes, a partir e/ou dentro de uma perspectiva sanitária. Em sua maioria, tais experiências tiveram como centro a transmissão de cuidados de higiene e primeiros socorros, bem como a garantia de assistência médica e/ ou odontológica. Noutra frente, a abordagem dos estudantes era realizada sob o marco de uma psicologia “medicalizada”, a qual deveria solucionar os “desvios” e/ou “déficits” ligados ao comportamento/disciplina e/ou a capacidade de aprender e/ou atentar, até evoluir para uma visão mais ampliada de saúde, na tentativa de fugir desse modelo biologicista que direcionava as ações de saúde, e sim partir para valorização da autonomia do sujeito para o cuidado com sua própria saúde (BRASIL,2009).

Numa perspectiva intersetorial surge o Programa Saúde na Escola (PSE), em 2007, onde Educação e Saúde, ambas as partes, se unem para atingir um objetivo comum, que é construir uma comunidade escolar mais saudável, para agir em defesa da vida.

Na saúde brasileira temos uma rede de apoio à Promoção à Saúde, como a exemplo a Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, dentre outros, que atendem aos indivíduos e seus familiares em qualquer fase da vida, no território de sua abrangência. Desta forma são também responsáveis por desenvolver estratégias para manutenção da saúde na comunidade escolar de sua área de adscrição, no caso do PSE, com

ações específicas estabelecidas pelo programa.

Desta forma este artigo tem como objetivo analisar a produção científica em relação ao Programa Saúde na Escola (PSE), no período de 2007 à 2017.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo fez-se uso do método de estudo bibliométrico, além de ser caracterizado por uma metodologia descritiva, quantitativa, bibliográfica e documental.

Para Santos (2015), apud Oliveira et al (2013) o uso da pesquisa bibliométrica é um recurso precípuo para transmissão da produção científica e a sua finalidade é alcançada mediante a aplicação de uma técnica capaz de medir a influência dos pesquisadores ou periódicos, permitindo traçar o perfil e suas tendências, além de evidenciar áreas temáticas, servindo também de base para construção de novos estudos.

Segundo Santos (2015) apud Thanuskodi (2011), as técnicas bibliométricas são usadas para estudar detalhadamente as características bibliográficas dos artigos, das análises das citações, revelando informações das produções científicas realizadas até o momento e agregando conhecimento para novas publicações.

Utilizou-se para a base de dados bibliográficos o portal Periódicos Capes/MEC, as bases de dados Scielo, e Google acadêmico no período de junho a agosto de 2017.

Os artigos escolhidos foram publicados envolvendo a temática estudada 'Programa Saúde na Escola'. Foram excluídos da seleção: teses, monografias, editoriais, documentos de projetos, trabalhos de congressos e conferências, artigos publicados em língua estrangeira e artigos duplicados. Além disso, artigos que não estavam dentro do período de tempo estabelecido pelo estudo também foram excluídos. Essas exclusões foram feitas como critérios referente a busca do tema em questão.

Os artigos encontrados foram obtidos pelo termo controlado junto ao DeCS – Descritores em Ciências da Saúde. Foi utilizado como descritor o termo, através da seguinte palavra-chave: saúde escolar, pelo fato de ser mais aproximado com o Programa Saúde na Escola, pois ainda não existe este descritor específico. Colocando o filtro de artigo em português foram encontrados 1811 artigos, e 1429 artigos revisados por pares, foram lidos os títulos e os resumos para realização da seleção. Foi feita uma

seleção final apenas dos artigos que mencionassem no título o nome do Programa Saúde na Escola, daí apenas 12 tinham o critério.

Ao final doze artigos foram incluídos no estudo, sistematizados segundo:

- Ano de publicação;
- Número de autores;
- Periódicos;
- Público alvo;
- Local das pesquisas;
- Objetivo
- Tipo de abordagem
- Técnica de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura e análise de cada artigo sobre o Programa Saúde na Escola, destaquei as considerações mais pertinentes e questões centrais de cada artigo selecionado, segue algumas considerações dos autores.

Para Rocha et al (2015), o desenvolver dessas ações possibilitou um maior conhecimento sobre a atuação da enfermagem no PSE, promovendo uma visão ampla do conceito de saúde diante da interação na realidade da comunidade. Os autores destacam o papel do enfermeiro nas atividades de educação em saúde nas escolas, como sendo um mediador do processo.

Costa et al (2013) identificaram o nível de conhecimento dos educadores sobre o conceito de saúde e educação, e sua prática em âmbito escolar, destacam também nos educadores a falta da prática de educação em saúde na escola, por não se sentirem seguros, os mesmos relataram que não são capacitados para isso, e sentem falta de um profissional de enfermagem para realizar tais atividades de promoção à saúde e prevenção de doenças.

Já para Sousa et al (2017) os achados do seu estudo permitiram refletir que apesar de o PSE inovar na proposta da intersetorialidade, as ações

desenvolvidas encontram-se ainda fortemente atribuídas apenas ao setor saúde. A participação do setor educação é tida como periférica, o que certamente restringe a potencialidade do Programa, em especial no que se refere à perspectiva da promoção da saúde e do desenvolvimento da cidadania entre os escolares.

Farias et al (2016) revela em sua pesquisa que o maior dilema é operar uma política necessariamente intersetorial, explicitada num ambiente com atores que possuem agendas setoriais previamente montadas e sem espaço suficiente para a correta execução da política. Destaca também que há uma tentativa de consolidação de práticas intersetoriais, que, na maioria das vezes, são substituídas por ações pontuais.

Castro (2011), teve como objetivo problematizar as ações promovidas pelo governo brasileiro no que tange às políticas públicas educacionais. Ela fez uma análise crítica sobre as lacunas visualizadas, dentre as quais destacou a ausência da anemia falciforme na relação das doenças crônicas apresentadas no programa. Sugere modificação no documento do PSE no sentido de deixar explícita a anemia falciforme como doença crônica que vulnerabiliza o processo de escolarização.

Para Vieira e Vieira, 2011, realizaram uma pesquisa do tipo descritivo-quantitativa, verificaram conhecimentos prévios dos profissionais do PSE de Volta Redonda-RJ em relação a orientações posturais preventivas no âmbito escolar. Apresentaram-se aos sujeitos, fotos de crianças durante o uso de posturas comuns ao ambiente escolar. Os achados desta pesquisa demonstram que os profissionais do PSE detêm alguns conhecimentos básicos da área de saúde postural, porém necessitam ser aprimorados para alcançar o objetivo de promover programas de Educação em Saúde voltado para este tema de grande relevância.

Cord et al, 2015, no seu estudo identificaram as significações que os profissionais que atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) têm acerca das dificuldades de aprendizagem geradoras do fracasso escolar. Evidenciaram que há uma compreensão do PSE como um programa que pode contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem por meio do diagnóstico e medicalização, evidenciando uma compreensão reducionista do processo. Destaca o desafio de transcender essa perspectiva da medicalização, é necessário que os profissionais da saúde e da educação passem a ter uma compreensão mais ampla que vá muito além da medicalização, que é colocado pelos autores como retrocesso.

Fontenele et al, 2017, um estudo avaliativo, de abordagem qualitativa, que objetivou

construir e validar o modelo lógico do Programa Saúde na Escola. A coleta de dados ocorreu em reuniões com sete gestores, de forma participativa. Foi utilizado um roteiro com perguntas abertas e técnica de elaboração de cartazes. Os resultados permitiram delinear o modelo lógico do programa e favorecer um diálogo, junto aos gestores, sobre os efeitos e as influências operacionais deste modelo. Traz também uma avaliação sobre os ganhos, avanços, e dificuldades, nesses 10 anos de PSE, entre as dificuldades destaca a questão da intersetorialidade, um desafio a ser vencido, como fortalecimento das relações dos profissionais de saúde e educação para o cuidado integral da saúde dos escolares.

Para Ferreira et al, 2012, os autores analisaram os diplomas normativos emitidos sobre o PSE, afim de observar a contribuição e a participação dos setores, Saúde e Educação, na construção e implementação do programa, que é fundamentado na intersetorialidade. O estudo revelou também que a participação dos setores saúde e educação, diferentemente do que se pensava, não é equânime, percebeu-se o protagonismo do setor saúde.

Santiago et al, 2012, os autores relataram no seu estudo sobre a implantação do PSE numa escola pública de Fortaleza, por uma equipe de saúde da família, a implantação permitiu aos profissionais de saúde a percepção do seu papel social de educador e possibilitou aos adolescentes maior contato com a equipe da ESF. Foram realizadas atividades que incluíram seminário de implantação do PSE com os docentes e integrantes da ESF, oficinas com os estudantes, avaliação clínica e odontológica dos adolescentes e entrega de Cadernetas de Saúde do Adolescente.

Para Ferreira et al, 2014, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção de gestores locais sobre a intersetorialidade na condução do referido programa em municípios selecionados. Para os autores a sustentabilidade do PSE, vai para além de um programa de governo em uma política de Estado, implica a superação do modelo biomédico de atenção aos estudantes para uma proposta promotora de saúde, com a participação efetiva dos gestores, profissionais das ESFs e da escola, e comunidade escolar (estudantes, pais, comunidade do entorno), no enfrentamento de suas necessidades específicas.

Para Cavalcanti et al, 2015, o estudo foi realizado com o objetivo de identificar as inconsistências do PSE a partir da sua concepção de promoção à saúde, tendo como contraponto o entendimento da Organização Mundial da Saúde sobre a temática. Como resultado obteve-se que: não foi possível identificar concretamente que a promoção da saúde seja adotada como centro nuclear do Programa, assim como em

outros artigos também foi evidenciado um modelo biologicista, biomédico, na realização das ações na escola.

Em relação ao que foi tratado mais frequentemente pelos autores nestes artigos explorados, podemos citar a intersectorialidade que se destacou por ter sido discutida de forma bem incisiva, trazendo também como um ponto de fragilidade no programa.

Outro ponto de discussão que merece destaque é a questão do Programa ser abordado pelos profissionais através do modelo biomédico, biologicista, através do viés da medicalização, isso deve ao fato de predominância do setor saúde ser responsável pela maior parte das diretrizes e portarias do Programa, assim como presidir a comissão intersectorial, talvez pelo fato de não ser equânime a atuação dos setores de saúde e educação, fique evidente fortemente essas características.

E dentre os profissionais da saúde que atuam no PSE, em dois artigos foi citado o enfermeiro com o papel de mediador do processo, do planejamento e execução das ações nas escolas o grande responsável pela realização das atividades.

Quadro 1 – Artigos analisados e categorizados conforme ano de publicação, periódicos, público alvo, local do estudo e objetivos.

ARTIGO	ANO	Nº DE AUTORES	PERIÓDICO	PUB ALVO/LOCAL DO ESTUDO	OBJETIVO
1	2016	6	Revista da Universidade Vale do Rio Verde	Alunos das escolas de abrangência da Estratégia Saúde da Família (ESF) Vila Anália, Montes Claros, MG.	Relatar a integração do PSE por meio de ações de promoção e prevenção durante o estágio curricular de enfermagem

2	2013	3	Revista Científica do ITPAC	30 educadores: professores, coordenadores e orientadores, Escola Municipal Gilberto Rezende Rocha Filho, Gurupi-TO	Mostrar a importância do Enfermeiro junto ao PSE nas ações de Educação em Saúde em uma escola municipal de Gurupi – TO
3	2017	3	Ciência & Saúde Coletiva	23 sujeitos, sendo cinco gestores das duas secretarias e 18 trabalhadores das unidades escolares e das unidades de saúde.	Avaliar os processos político-gerenciais e as práticas vinculadas ao PSE.
4	2016	4	Revista Brasileira de Educação Médica	Profissionais da saúde e da educação nas 20 primeiras escolas que aderiram ao PSE desde seu lançamento em Olinda-PE.	Conhecer e analisar o processo da intersetorialidade no PSE em Olinda,PE.
5	2011	1	Revista Sitientibus	Análise documental por meio da leitura de documentos oficiais	Problematizar as ações promovidas pelo governo brasileiro no que tange às políticas públicas educacionais

6	2011	2	Revista Ciência em tela	56 profissionais assim representados: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, agentes comunitários de saúde; professores, e funcionários de serviços de apoio das escolas.	Verificar conhecimentos prévios dos profissionais do PSE em relação ao tema, avaliar a compatibilidade destes com as demandas de orientações sobre cuidados posturais
7	2015	4	Revista Psicologia: Ciência e Profissão	Dez profissionais que atuam como articuladores do PSE, sendo cinco vinculados à Educação e os demais à Saúde	Identificar as significações que os profissionais que atuam como articuladores no PSE têm acerca das dificuldades de aprendizagem geradoras do fracasso escolar
8	2017	5	Revista Saúde Debate	Sete gestores do programa (médicos, enfermeiro, fonoaudiólogo, dentista, psicólogo e pedagogo), no município do Rio de Janeiro (RJ)	Construir e validar o modelo lógico do Programa Saúde na Escola

9	2012	4	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Paraná	Analisar os diplomas Normativos emitidos sobre o PSE a fim de observar a contribuição e a participação dos setores Saúde e Educação na construção e implementação do Programa.
10	2012	4	Rev Bras Enferm/Enfermagem	100 adolescentes que integram o Programa Mais Educação, tendo sido 50 os participantes diretos das atividade	Relatar a experiência da implantação do PSE por uma equipe da ESF em uma Estadual de Fortaleza
11	2014	5	Revista Brasileira de Educação	10 gestores no âmbito municipal/estadual/Distrito Federal do PSE em municípios brasileiros	Analisar a percepção de gestores locais sobre a intersetorialidade na condução do programa em municípios selecionados

12	2015	3	Revista Textos & Contextos/Serviço Social	Paraíba	Identificar as inconsistências do PSE a partir da sua concepção de promoção à saúde.
----	------	---	---	---------	--

Foram relacionados 12 artigos, em que mencionasse o termo PSE no título, onde observou-se, a pouca publicação de artigos nessa temática. O número de autores por artigo variou de um a seis autores. Essas publicações variaram de 1 a 2 artigos por ano. As mesmas foram encontradas em instituições de ensino público do país. Os artigos foram publicados em periódicos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências sociais e na área da Educação. Em relação à técnica de coleta de dados foram predominantes, a análise documental, e a de entrevistas. Esses estudos foram realizados com documentos oficiais e na comunidade escolar, com profissionais de saúde e educação. Os artigos se referiam a diversas temáticas sobre PSE, sendo predominante a discussão sobre a intersetorialidade.

CONCLUSÃO

Este estudo resultou numa análise bibliométrica sobre o quanto e sobre o que se está produzindo em relação ao Programa Saúde na Escola, no país. Na busca realizada evidenciou-se o quão pouco ainda tem de pesquisas sobre o assunto, mesmo o programa estando completando 10 anos, em 2017.

Observou-se o destaque dado à intersetorialidade nos estudos realizados, acreditamos que devido ao programa ter sido criado nessa perspectiva, da articulação entre os setores saúde e educação. Embora ainda seja um ponto bastante fragilizado quanto ao entendimento do significado de intersetorialidade, que vai além de uma parceria, sendo fundamental para atingir o objetivo principal, que é o cuidado integral ao educando.

Diante do panorama encontrado no país sobre o tema, percebemos a necessidade de pesquisar mais sobre o programa, um terreno muito fértil para uma variedade de estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 dez. 2007. p. 2.

_____. *Cadernos de Atenção Básica*. Saúde na Escola. Brasília-DF, 2009.

CAVALCANTI, P.B et al. *Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 387 - 402, ago./dez. 2015.

CASTRO, A. S. A. *Análise do Programa Saúde na Escola (PSE) como política pública educacional no âmbito intersetorial: focalizando a anemia falciforme*. Sitientibus, série ciências biológicas, Feira de Santana, n. 44, p. 99-111, jan./jun. 2011.

CORD, D. et al. *As Significações de Profissionais que Atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) Acerca das Dificuldades de Aprendizagem: Patologização e Medicalização do Fracasso Escolar*. PSICOLOGIA:CIÊNCIA E PROFISSÃO, 35(1),40-53, 2015.

COSTA, G. M.; FIGUEREDO, R. G.; RIBEIRO, M. S. *A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma Escola Municipal de Gurupi – TO*. Revista Científica do ITPAC. Araguaína, v.6, n. 2, p.6, abr. 2013

CUNHA, A. C. V.; VIEIRA V. S. *A necessidade de capacitação do profissionais do programa saúde na escola para inclusão de orientações posturais preventivas no âmbito escolar*. Ciência em Tela, v.4, n.2, 2011.

FARIAS, I.C.V et al. *Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola*. Revista brasileira de educação médica. 40 (2) : 261-267; 2016.

FERREIRA, I. R. C. et al. *Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI*. Ciências saúde coletiva, Vol.17 no.12 Rio de Janeiro dez. 2012.

FERREIRA, I.R.C et al. *Percepções de gestores locais sobre a intersectorialidade no Programa Saúde na Escola*. Revista Brasileira de Educação, v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

FONTENELE, R.M et al. *Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola*. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 41, n. Especial, p. 167-179, mar 2017.

ROCHA, E.J.F et al. *Integração do programa saúde na escola por meio de ações de promoção e prevenção durante o estágio curricular supervisionado de enfermagem: relato de experiência*. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 220-228, ago./dez. 2016.

SANTIAGO, L. M. et al. *Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família*. Revista Brasileira Enfermagem, Brasília, v. 65, n. 6, p. 1026-1029, nov./dez. 2012.

SANTOS, G.C. *Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados como Estudos Bibliométricos na História do Congresso Brasileiro de Custos*. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 62, p. 4 - 13, jan./abr. 2015.

SOUSA, M.C et al. *A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho*. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 22(6):1781-1790, 2017.